

O projecto da Barragem do Sabor está a criar uma forte discussão entre a comunidade científica, ambientalistas e autarquias.

Porque somos contra a barragem?

Argumentos da Plataforma Sabor Livre

1. O Baixo Sabor possui um valor ecológico único e insubstituível. Nesta área ocorre uma flora e vegetação de características ímpares em Portugal, onde se destacam as particulares comunidades associadas aos leitos de cheias. No vale do Sabor surgem também os mais extensos e bem conservados azinhais e sobreirais de Trás-os-Montes, e a presença de substratos calcários e ultrabásicos permite a ocorrência de um elevado número de endemismos. Esta área apresenta ainda uma elevada diversidade de habitats (20 incluídos na Directiva Habitats, dos quais 3 são considerados de conservação prioritária). A importância desta área é atestada pela qualificação de parte do seu troço na Rede Natura 2000. Ao longo do rio Sabor ocorre uma importante comunidade de aves rupícolas, donde se destaca a presença de espécies como a águia de Bonelli, a águia-real, o abutre do Egipto e a cegonha-preta, facto que motivou a sua inclusão numa Zona de Protecção Especial (ZPE) e numa IBA (Important Bird Area, BirdLife International). O Vale do Sabor constitui um importante refúgio e corredor ecológico para uma comunidade faunística muito diversificada, onde se salientam espécies como o lobo, o corço, o gato-bravo, a toupeira-de-água e a lontra, e representa o principal local de desova e alevinagem da comunidade piscícola de uma vasta área (desde o Sabor até à albufeira da Valeira no Douro). O rio Sabor é um dos últimos rios não represados e é provavelmente aquele que se encontra mais próximo do estado natural em Portugal, constituindo o último reduto de um território outrora fértil em rios e paisagens notáveis.
2. As grandes barragens apresentam impactos demasiado elevados e irreversíveis (e.g. destruição de ecossistemas de grande valor, extinção e redução substancial de espécies de peixes migradores e residentes, respectivamente, contaminação das reservas de água, retenção de sedimentos e nutrientes, etc.), e têm um tempo de vida útil baixo (em média entre 50 e 70 anos), pelo que devem ser evitadas a todo o custo.
3. Deve ser urgentemente definido e implementado um plano energético nacional que identifique as necessidades do país e proponha um conjunto abrangente de alternativas de produção e gestão energética a médio prazo, abandonando de vez a opção por obras de carácter pontual e pouco relevantes no contexto nacional (a energia produzida por esta barragem contribuiria, na melhor das expectativas, apenas com 0,6% da energia consumida em Portugal!). Deve ser dada prioridade total à implantação de políticas de incentivo à

eficiência energética (Portugal é um dos países com menor eficiência energética de toda a União Europeia!) e às energias renováveis que não contemplem grandes obras hidroeléctricas. É também necessário começar a actuar ao nível da gestão procura de energia, abandonando-se a denominada gestão da oferta, uma vez que aquela é reconhecidamente a que melhor se enquadra numa lógica de desenvolvimento sustentável.

4. Uma genuína adopção dos princípios subjacentes ao protocolo de Quioto exige que a diminuição da emissão de CO₂ em Portugal seja conseguida através da adopção de um conjunto de medidas custo-eficazes já estudadas ao nível da indústria, transportes e habitação, do incentivo às energias renováveis (nomeadamente solar e eólica), à economia de energia e à expansão da rede eléctrica, evitando-se recorrer à construção de novas grandes barragens.
5. A importância natural do vale do rio Sabor justifica amplamente a sua classificação como área protegida de interesse nacional. Além disso, numa conjuntura internacional cada vez mais favorável a um desenvolvimento local e regional integrado, respeitando e valorizando todas as valências do território, as paisagens únicas deste vale, a sua rica fauna e flora, as excelentes condições do rio para a prática de desportos de águas bravas e o património histórico e cultural associado, constituem recursos valiosos para um turismo de contacto com a natureza e para uma aposta inovadora e inteligente no desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, a construção da barragem do Baixo Sabor significa a destruição irreversível de culturas prioritárias, como o vale de Felgar (uma das zonas mais férteis de toda a província de Trás-os-Montes) onde se produz anualmente cerca de 60 000 litros de azeite de elevada qualidade, e importantes valores naturais e culturais da região, promovendo o abandono progressivo dos territórios rurais, bem exemplificado na vizinha barragem do Pocinho, cuja povoação se encontra em estado de quase abandono e bastante deteriorada.

in <http://www.saborlivre.org>

Porquê defender a construção da Barragem do Baixo Sabor?

Argumentos da Câmara Municipal da Torre de Moncorvo

1. Porque se trata de uma forma de energia renovável e limpa; enquadra-se na filosofia de desenvolvimento sustentável porquanto não consome recursos naturais que poderão faltar às gerações futuras.
2. Porque nos Estudos de Impacte Ambiental realizados conclui-se claramente não haver impactos ambientais significativos, nomeadamente não pondo em causa a sobrevivência de espécies.
3. Porque a nossa experiência na Região demonstra-nos claramente que a existência de massas de água, recurso em que a Região é escassa, contribui para o aumento da biodiversidade e do quantitativo das espécies, como é o caso do Douro Internacional cujo Parque Natural dificilmente teria sido criado sem a existência das cinco albufeiras aí criadas.
4. Porque o argumento do Sabor como “natural” e “selvagem” é ridículo para quem conhece a região há mais de três décadas e se lembra como era antes dos empreendimentos do Douro; de facto, a fauna piscícola que subia o Douro para desovar desapareceu e portanto o ecossistema já está alterado. Além de que análises de água no Rio Sabor, logo no troço inicial acusam má qualidade da água o que dificilmente só poderá aceitar como “natural”; e logo no início do rio existe já uma pequena barragem, isto é, já não é selvagem.
5. Porque pretender separar um rio como se fosse um sistema ambiental independente do ecossistema global em que está inserido, nomeadamente o rio para onde afluí e em cuja bacia está integrado, e que já foi profundamente intervencionado, só poderá resultar de evidente ignorância ou má-fé; se o ambiente fosse estanque e fizesse algum sentido falar em “natureza em estado virgem” como se dissociada de todo o ambiente envolvente não faria qualquer sentido preocupações com resíduos radioactivos do lado de lá da fronteira.
6. Porque o controle da água proveniente dos afluentes é a única forma de prevenir cheias no Inverno e garantir caudais no verão no Rio Douro.
7. Porque doutra forma entregaremos sempre nas mãos de Espanha a gestão dos nossos recursos hídricos, numa evidente perda de soberania nacional; e não devemos querer pertencer aos que não sabendo governar a sua casa delegam em estranhos essa governação.

8. Porque Portugal para cumprir as metas do protocolo de Quioto tem que incrementar a produção de energia por fontes renováveis e limpas; o argumento economicista de que há formas mais rentáveis de produção de energia, como as termoeléctricas, que permitiriam preços mais baixos ao consumidor, esquece que o gasto de “quotas de produção de gases” para efeitos de energia retira quota a investimentos industriais geradores de riqueza e emprego.
9. Porque o período de construção da Barragem, frequentemente apontado como única vantagem e menorizado, é efectivamente importante numa Região como a nossa.
10. Porque sendo a nossa região escassa em recursos hídricos há uma grande apêndia pelas mesmas que se tornam o pólo de atracção de lazer e turismo nomeadamente no Verão.

in <http://www.cm-moncorvo.pt/BarragemBaixoSabor.pdf>